

## SÍNTESE DE RESULTADOS

1. A auditoria abrangeu, essencialmente, o triénio 2012/2014 e foi realizada com a finalidade de verificar se a Universidade do Minho assegurou uma gestão legal, racional e eficaz dos recursos públicos. De acordo com o exame efetuado e o exercício do procedimento de contraditório, as principais conclusões foram, em síntese, as seguintes:
  - 1.1. Constataram-se diversas insuficiências ou aspetos suscetíveis de aperfeiçoamento quanto ao cumprimento de algumas regras e princípios orçamentais, com particular destaque para:
    - a) As transferências do Orçamento do Estado (OE) para financiamento corrente continuam a ser a principal fonte de financiamento da Universidade (cerca de 50% em todo o período analisado).
    - b) A Universidade não adotou procedimentos de cobrança coerciva para liquidação das dívidas de propinas, registando-se um aumento das de cobrança duvidosa em 44% no triénio em análise. Em março de 2016, o valor global em dívida de propinas ascendia a 10 M€.
    - c) A Universidade não dispõe de um plano estratégico comum das participações detidas em entidades terceiras (30 no triénio 2012/2014), nem estão definidas normas internas que salvaguardem possíveis conflitos de interesse.
  - 1.2. No âmbito da contratação pública salientam-se como principais aspetos críticos os seguintes:
    - a) Não adoção, em algumas situações, dos mecanismos de contratação centralizada de bens e serviços (445 mil euros).
    - b) Incorreta aplicação dos limites à contratação por ajuste direto e recurso inadequado a este procedimento com base em critérios materiais e insuficiente fundamentação.
    - c) Insuficiências na fundamentação para abertura do procedimento, incorreta tramitação e omissões em peças do procedimento e na redação dos contratos e atrasos na publicação no portal base.
    - d) Inexistência de documento estratégico da contratação externa, de planos anuais de compras e avaliação global do custo benefício.
  - 1.3. O sistema de controlo interno denota fragilidades, designadamente nos sistemas de informação, na organização dos serviços, nos normativos internos e no Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (v.g. não define os responsáveis, os meios a afetar e a sua calendarização).

**Elevada dependência do financiamento do OE (cerca de 50%).**

**10 M€ de dívidas de propinas em 2016.**

**Inexistência de plano estratégico das participações.**

**Deficiências nos procedimentos de contratação e irregularidades no recurso a ajustes diretos.**

**Ausência de planeamento e avaliação da contratação externa.**

**Sistema de controlo interno com algumas insuficiências**

2. As principais recomendações à Universidade do Minho foram as seguintes:

- a) Promover a cobrança das dívidas relativas a propinas, recorrendo nomeadamente à cobrança coerciva.
- b) Diversificar as fontes de financiamento alternativas ao Orçamento do Estado, v.g. as receitas próprias.
- c) Instituir procedimentos que assegurem o cumprimento das regras da contratação pública – v.g. centralização de compras.
- d) Aprovar um plano estratégico das participações detidas em entidades terceiras e definir medidas preventivas de conflitos de interesses.
- e) Suprir os pontos fracos do sistema de controlo interno .

**Medidas que visam  
introduzir maior rigor  
e disciplina  
orçamental.**

A entidade efetuou um ponto de situação em 09/06/2017, reportando que se encontra a implementar as recomendações formuladas.

(Relatório nº 2016/2017, homologado por S. Exa. o Secretário de Estado do Orçamento, em 24/02/2017).